

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO – PPG/EGC
DISCIPLINA: GOVERNO ELETRÔNICO
PROFS.: AIRES JOSÉ ROVER e EDUARDO DA COSTA

Ética, Organizações e Governo na Era da Sociedade do Conhecimento

Por: Lucio Eduardo Darelli¹

darelli@gmail.com

DEZEMBRO 2011

¹ Lucio Eduardo Darelli é aluno no Doutorado do PPG-EGC/UFSC – 2011.

I - INTRODUÇÃO

Ações para institucionalizar uma administração voltada à Ética têm sido empreendidas por quase todas as organizações do planeta. Provavelmente, em nenhum momento da história humana, e das organizações, as questões éticas ganharam tanta expressividade como vêm ocorrendo atualmente.

A crescente instabilidade econômica e política mundial, o abismo gigantesco que tem separado cada vez mais os excluídos das benesses sociais, e, a descrença nas atuais administrações quer sejam públicas ou privadas, tudo isso no contexto global, faz surgir, inexoravelmente, uma profunda reflexão acerca dos valores sociais e dos paradigmas predominantes em uma sociedade de alta tecnologia.

Algumas instituições vêm tentando demonstrar, ainda que de forma incipiente, uma nova proposta de administração, conduzindo a organização pautada por princípios éticos que passam por constantes revisões. Este trabalho exige não somente a revisão de posturas e valores, mas, acima de tudo um comprometimento constante visando a consciência do bem. É o resgate de uma filosofia de vida representada por Epicuro - um dos últimos pensadores clássico grego – que entre outras coisas afirmava que: “Ética é um dom que se conquista pela força do trabalho”.

Repensar os valores morais atuais, é questionar e refletir sobre os paradigmas sociais e organizacionais. A finalidade de tudo isso parece óbvia, colocar o ser humano na rota de uma sociedade ideal, mais justa, equilibrada e fraterna.

Nos meados da segunda década do século 21 estamos na onda do e-Gov, organizações virtuais, educação à distância, trabalho compartilhado, diversão eletrônica (e muita...), bibliotecas virtuais, redes sociais, tele-trabalho, etc..., e tudo é criado, tendo uma proposta fundamental que é, transformar a sociedade do trabalho numa sociedade do prazer. Minimizar ao máximo o esforço laboral para maximizar a capacidade intelectual e criativa, em outras palavras – inovar para a felicidade -.

Em tese, estaria tudo muito bem, se o custo do prazer não fosse tão alto. O imposto que pagamos, antes de ser financeiro (e inevitavelmente também o é) vem a ser o moral. Em nome de inúmeras modernizações, a título de desenvolvimento científico, sob aquela certeza do fim justificar-se aos meios, o homem recriou a sociedade dos ‘igualitários’. Uma tese que tem gerado, segundo a ONU², quase 1,3 bilhões de pessoas famintas no mundo, se incluirmos aquelas com deficiência alimentar e as que não possuem renda mínima de sobrevivência chega-se a mais de 2,5 bilhões de miseráveis no planeta. É quase um terço da humanidade atual.

O grande problema de tudo isso, fica por conta da falta de perspectiva ética que impulsionou a sociedade aceitar determinados valores como certos ou verdadeiros, constatação tardia e insofismável que nem tudo é como foi prometido!

Relembrando fatos marcantes de nossa história, em 11 de setembro de 2001, o mundo assistiu em tempo real, atônito e impotente, um fato que se tornou, talvez, o maior e mais covarde atentado

2 Dados da ONU – site em 2010 – registro da fome e situação de miséria no mundo.

terrorista da história da humanidade. A demolição das torres gêmeas do World Trade Center. Ruiu o baluarte da hegemonia política e econômica da maior potência do mundo – àquela época -. Nem mesmo as tecnologias de ponta, e os sistemas de segurança e defesa que não têm comparativo na história das civilizações, foram suficientes.

O ocidente, representado pelo povo americano, foi humilhado e vencido pela teocracia fundamentalista do oriente médio sem um único “fiapo” de tecnologia, apenas: audácia, coragem e fé impulsionaram (e impulsionam) aquela gente.

Neste momento triste e inapagável da história universal, devemos fazer uma profunda e grave reflexão: - Como puderam paus e pedras contra alta tecnologia e certeza de invencibilidade americana? - Como pode a simples crença ou fé mover o espírito humano a cometer o descalabro que o mundo assistiu? - Que força é essa, que nem mesmo os radares, os raios lasers, os detectores, a inteligência estratégica, as forças armadas, puderam descobrir antes do terror?

A pergunta que não quer calar é: - Será que o homem capaz de usar esse tremendo poder (com base em suas verdades éticas e morais) de produzir seus efeitos desejados tão atroz, não poderia o mesmo homem utilizar deste princípio para promover a paz e a igualdade entre os homens?

Estas reflexões não serão mais possíveis, sem que recorramos aos princípios éticos - filosóficos, históricos, ou, científicos - para que não voltemos à barbárie. Barbárie essa, que de certa forma já vem se estabelecendo em nossa sociedade, brasileira e mundial, expressado pela fome, pela miséria absoluta, pela desigualdade social, pela falta de perspectiva de futuro de nossos filhos, pelas vergonhas da corrupção política que vemos todos os dias e delas nos alienamos, pelo grito de justiça que sufocamos, pelo medo de ousar lutar contra o fluxo da sociedade que segue mesmo sem saber para onde.

Atos como os ocorridos nos EUA impõem um sentimento de impotência, não em relação às instituições, posto que não duram para sempre, mas em relação às nossas certezas de um mundo melhor. Este sentimento de perda ocorre porque nos damos conta, de repente, que faltou cultivar o mais importante: a dignidade humana!

A dignidade humana, somente poderá ser preservada se todos buscarmos paradigmas éticos capazes de sustentar tal dignidade no tempo e no espaço, nos contextos culturais e étnicos, com base nos ideais de justiça, solidariedade e fraternidade.

Embora possamos ser, em determinados momentos de nossa história, justos e solidários (invariavelmente somos em períodos de calamidade), esquecemos de ser fraternos. E se observarmos a história das civilizações desde o momento que passamos para o estágio do modelo patriarcal de sociedade, e considerando todos os demais contextos necessários a uma análise não emotiva, podemos facilmente concluir porque ruiu o WTC nos EUA. Não foram somente as estruturas tangíveis de cimento e ferro que se retorceram com a queda, ruíram também as nossas verdades intangíveis. Platão provavelmente diria: - ruiu porque era uma ilusão!

Assim como a filosofia evoluiu na história humana, a ética - um de seus campos de estudo - veio sofrendo as transformações de acordo com as visões do homem em seu contexto cosmológico como indivíduo e como ser social.

É muito provável, que a partir de 11 de setembro de 2001, novas concepções éticas sejam criadas (ou recriadas), e invadam não somente as organizações, mas, fundamentalmente, o espírito humano que tende ser constantemente redesenhado por sua própria história. Não se trata de redesenhar a ética, mas, redescobri-la.

I - ÉTICA

Historicamente a palavra ética foi aplicada à moral. O filósofo não costuma confundir as duas coisas, porque entende, numa visão científica (metafísica em certos contextos) que a moral, arte de organizar e conduzir a conduta humana ao longo dos tempos em dada sociedade, é prospectada pela ciência Ética. Esta última tem o objetivo primaz de explicar a moral no contexto social espaço-temporal.

É certo que hoje em dia, a palavra “ética” parece ser bem mais aceita do que a palavra “moral”, por esta última guardar em si, talvez, uma conotação muito mais religiosa. O fato é que ambas as palavras parecem sugerir a mesma coisa, pois, ética se origina do grego ETHOS, que quer dizer, “modo de ser”, e, moral que se origina do latim MORES OU MOS, quer dizer costumes. Em verdade, muito embora o senso comum prefira a palavra ética em detrimento da moral, não podemos considerar que sejam cientificamente substituíveis.

Muito embora, alguns autores filósofos contemporâneos como Albert Jacquard(2003), considerem ambos termos sinônimos que evocam a arte de escolher um comportamento distinguindo o bem do mal, não nos parece seguro, do ponto de vista acadêmico, misturar a teoria e seu objeto.

Posto que ética seja ciência de uma forma específica de comportamento humano - a moral - as proposições éticas devem ter o mesmo rigor, coerência e fundamentação das proposições científicas numa abordagem fenomenológica. Assim sendo, os princípios éticos não se confundirão jamais com os valores morais, posto que estes, são a expressão da experiência histórica humana, mutável, coerente (ou não), fática, e, de puro ato arbitral.

A ética é a ciência da moral, não existe uma moral científica, mas existe, ou deve existir, um conhecimento da moral, conhecimento este que pode ser científico do ponto de vista do fenômeno em si, e da complexidade das variáveis dessa ocorrência na evolução histórica.

As doutrinas éticas fundamentais nascem e se desenvolvem em diferentes épocas e sociedades como resposta aos problemas básicos apresentados pelas relações entre os homens, e em particular pelo seu comportamento moral efetivo, e é por isso que existe uma estreita ligação entre os conceitos morais e a realidade humana individual e social, sujeita historicamente à mudança. Ética, moral, e história, portanto, relacionam-se.

A sociedade humana, obviamente, evoluiu como qualquer outra sociedade biológica, sofreu as transformações e adaptações provocadas pelas interações com outras estruturas biológicas e com o meio onde ocorreram essas interações. Essa evolução natural é estudada e discutida a muito tempo por inúmeros estudiosos, mas encontra-se em Maturana e Varela (2010) em sua obra clássica *A ÁRVORE DO CONHECIMENTO*³ as bases para compreensão da evolução do conhecimento humano e, em consequência, da evolução das sociedades e seus códigos de conduta (escrita ou não).

Maturana e Varela (2010) identificam que os seres biológicos desenvolvem em seus sistemas uma complexa estrutura que permite não somente a reprodução e preservação de suas espécies, como também o inter-relacionamento com outras. São os chamados acoplamentos.

Para os autores, os acoplamentos irão ocorrer em várias fases, e aqui nos interessa abordar, com foco na espécie humana, os acoplamentos de terceira ordem, que envolve o fenômeno das estruturas sociais - passagem necessária para os domínios da linguagem da consciência reflexiva – por onde a ética e a moral irão trilhar sua evolução histórica.

Maturana e Varela (2010) justificam os acoplamentos de terceira ordem:

(...) De fato, uma vez originados os organismos com sistema nervoso - se eles participam em interações recorrentes -, tais acoplamentos acontecem com diferentes complexidades e estabilidades, mas são o resultado natural da congruência de suas respectivas derivas ontogênicas.

(...) é necessário perceber que tais acoplamentos são absolutamente necessários, em alguma medida, para a continuidade de uma linhagem nos organismos com reprodução sexuada, (...)

Esse fenômeno é praticamente universal. (MATURANA E VARELLA, 2010, p. 201)

Assim, por esse entendimento das inter-relações entre a espécie humana por extensão da abordagem dos autores citados, a formação social, suas interações e resultados culturais são fenômenos sociais, como bem explicitam em sua obra *A ÁRVORE DO CONHECIMENTO*:

*(...) O que é a todas elas é que, quando se estabelecem acoplamentos de terceira ordem, as unidades resultantes, embora sejam transitórias, geram uma fenomenologia interna específica. **Essa fenomenologia se baseia no fato de que os organismos participantes satisfazem suas ontologias individuais principalmente por meio de***

3 A *Árvore do Conhecimento* de Humberto Maturana e Francisco Varela trata da questão da evolução do conhecimento humano a partir da evolução dos sistemas de base biológica existentes e em construção interrelacionadas na natureza. Uma visão científica arrojada e revolucionária da evolução da cognição humana com base na evolução dos sistemas biológicos. Obra referência deste trabalho é a 8ª. edição de 2010-traduzida.

seus acoplamentos mútuos, na rede de interações recíprocas que formam ao construir as unidades de terceira ordem.(...).

Toda vez que há um fenômeno social há um acoplamento estrutural entre indivíduos.(MATURANA E VARELA, 2010, p.214)

Desta forma temos que a evolução histórica na formação das sociedades da espécie humana, a linguagem, a cultura, os inventos, os sistemas, etc... etc..., são construções históricas advindas das relações humanas; o conceito de ética nasceu assim.

Historicamente, tivemos a ética Socrática que é racionalista. A busca do homem de si mesmo “conhece-te a ti mesmo”. Na proposta antropocêntrica de Sócrates há a concepção do bem como recompensa para a felicidade da alma, e do bom enquanto condição de utilidade para a felicidade da convivência. É a tese da virtude: - a sabedoria do homem, contra a ignorância e os vícios que aprisionam e matam.

Na ética platônica, a 'felicidade' é metafísica. O homem é ser contemplativo, busca no mundo das ideias o sustento da alma, que deve permanecer eterna, permanente e intocável. A maior virtude é alcançar este estado ideal, através da contemplação, libertar-se do mundo da matéria e vivenciar sobretudo o mundo do bem. O exercício para alcançar este fim é virtude em si: a virtude da razão e da prudência, a virtude do ânimo ou da vontade, a virtude da fortaleza, a virtude da temperança, a virtude da justiça. Esta última, somente uma alma equilibrada poderá exercê-la pois encontra-se perto da perfeição.

A ética de Aristóteles, se opõe à platônica. Para Aristóteles, a ideia não precisa ser alcançada como prêmio de um mundo perfeito, pois ele já habita junto ao homem. A ideia não existe separada do indivíduo concreto. O homem é virtude potencialmente, o que lhe resta é desenvolver esta potência, assim como um grão é árvore em potencial, o bem humano, ou a perfeição humana em termos de virtude é potencial ao ser humano. O ser (indivíduo)⁴, é elo dentre outros indivíduos, que na convivência (portanto pelo ato) atinge sua plenitude humana – há troca e reciprocidade – transformação do homem ignorante em sábio. É preciso trabalho e empenho. O mesmo esforço que um broto empreende para nascer árvore, deve o ser (indivíduo) empreender para se transformar em homem virtuoso, ou um homem de bem.

Podemos entender ética e moral reduzindo seus conceitos da seguinte forma:

A moral

Corresponde ao conjunto de valores e regras que norteiam o nosso comportamento nas relações sociais.

O comportamento prático-moral tem origem nas formas mais primitivas de comunidade humana e varia no tempo (época) e no espaço (sociedade).

4 Indivíduo enquanto concepção de ser indivisível, uno e íntegro na visão clássica.

Culturalmente estabelecido, o que é válido para uma coletividade não o é, necessariamente, para outra. Há tantas práticas morais quanto coletividades.

Os homens se transformam e com eles a cultura e seus modos de agir.

A Ética

Diz respeito à reflexão sobre os diversos atos praticados nas coletividades e sua relação com o bem comum.

A ética aceita a existência da história da moral, considerando a diversidade de moral no tempo, entendendo que cada sociedade tem sido caracterizada por um conjunto de regras, normas e valores.

Frente aos conflitos de grupos sociais organizados, a ética aparece como fundamentação teórica e sistematizada, permitindo que os homens tenham referenciais para definir seus valores morais.

Num processo de reciprocidade, a moral hoje depende da ética e vice-versa.

As doutrinas éticas fundamentais nascem e se desenvolvem em diferentes épocas e sociedades como respostas aos problemas básicos apresentados pelas relações entre os homens e em particular pelo seu comportamento moral efetivo. Por isso, existe uma estreita vinculação entre os conceitos morais e a realidade humana social, sujeita historicamente a mudanças.

Arrematando com maior profundidade, numa visão científica focada na biologia, Maturana e Varela (2001) explicitam sua definição de ética:

Todo ato humano ocorre na linguagem. Toda ação na linguagem produz o mundo que se cria com os outros, no ato de convivência que dá origem ao humano. Por isso, toda ação humana tem sentido ético. Essa ligação do humano ao humano é, em última instância, o fundamento de toda ética como reflexão sobre a legitimidade da presença do outro. (MATURANA e VARELA, 2010, p.269)

Desta forma podemos compreender ética, inclusive e fundamentalmente como uma ação social intrínseca à existência humana. E justamente, pela complexidade das múltiplas interações humanas para além das relações sociais e afetivas informais, também criamos as relações formais, e nelas se inserem as práticas profissionais e empresariais.

III - Ética empresarial e as tecnologias

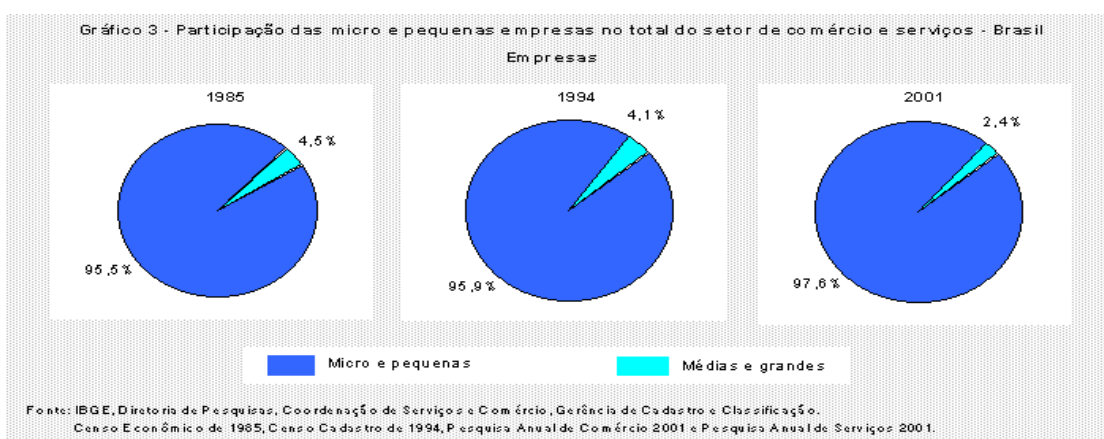
Apenas para reflexão: seria provável, que a humanidade pudesse considerar eticamente aceitável o terror 'homeopático', ao terror radical!? Será que temos a consciência do que seja o terror 'homeopático' e o terror radical?

Muito provavelmente, em nenhum momento da história da economia e da sociedade humana, em todo o mundo, a questão ética ganhou tanta expressividade e destaque.

Talvez porque a crescente incerteza e instabilidade econômica e social em todo o planeta, venha configurar um marco na história da humanidade. Talvez, os reflexos de atos insanos no passado, praticados por aqueles que desenvolveram as novas tendências político-econômicas de nossos tempos, venham nos trazer uma profunda reflexão acerca do papel das instituições enquanto geradoras de riquezas. Não se sabe ao certo, mas o que parece evidente é que a discussão ética é um fenômeno planetário, sempre existiu, e todas as vezes que ações humanas causam descalabro, ou arriscam a integridade da própria existência humana, o mundo para e pensa... agora, parece que clama pela revisão de nossos paradigmas éticos.

A tecnologia, tanto em suas formas primitivas quanto nas requintadas e complexas, presentes na sociedade contemporânea, sempre foi um instrumento indispensável para a sobrevivência do homem. Seu processo de desenvolvimento parece irreversível porque só dele dependem as possibilidades de sobrevivência de um número cada vez maior de seres humanos, e, seu acesso a um padrão de vida mais elevado. Inclusive a diferença entre tecnologia e ciência parece diminuir face às exigências de mercado e das indústrias. É difícil aplicar o conceito puramente ao meio científico. Tecnologia hoje parece ser sinônimo de empresa, que parece ser sinônimo de progresso, que parece ser sinônimo de bem estar social.

O Brasil agrupa três milhões e quinhentos mil empresas de pequeno porte, presentes em todos os setores da economia. Micro, pequenas e médias empresas representam a grande maioria, mais de 97% do total de empresas registradas, segundo dados do IBGE em pesquisa realizada com dados de 1985 a 2001 (vide gráfico abaixo).



[IBGE, 2003, Site de notícias e-gov]

Apesar da presença marcante na economia as empresas de pequeno porte ainda se ressentem de estruturas adequadas à competitividade de seus produtos e serviços.

Esses problemas têm reduzido a vida das pequenas empresas, muitas delas fechando antes mesmo de completar um ano de vida.

A mais de dez anos atrás, algumas iniciativas começaram a ser implantadas por várias empresas no mundo. Elas visavam, entre outras coisas, maximizar recursos humanos e aumentar lucros.

Todos os setores da economia parecem ter entrado nesta nova onda de fazer empresa. Investimentos em treinamento, qualidade total, reengenharia, etc..., tentativas de capacitar o homem a produzir mais e melhor com “amor” ao trabalho.

Porém, hoje, século XXI o que vemos é algo um pouco diferente. Todos os esforços empreendidos (e diga-se dinheiro gasto) parece não ter surtido efeito diante da esmagadora realidade capitalista: desemprego em massa, instabilidade no emprego, insatisfação funcional, salários mal pagos, e muita, muita “maracutaia”, como aliás, sempre houve.

Se o espanto aos insucessos da moderna administração se percebeu no mundo, mais sentido ainda foi no Brasil, cujas administrações muito pouco criativas, e mais “copiativas” quedaram face as privatizações e a falta de critérios do governo em conduzir o processo de forma transparente. Muito embora a mídia do governo tende a cada dia convencer os usuários de telefonia no Brasil, que os serviços melhoraram em cem por cento, é óbvio que a propaganda não pode suplantar a realidade, o fato em si, que é vivenciado por cada usuário de telefonia, por exemplo.

Os serviços pioraram, e hoje o usuário não tem mais condições de reclamar para pessoas responsáveis. Hoje falamos com máquinas irresponsáveis. Ficamos pendurados num 0800 qualquer, ouvindo (sem querer) as “maravilhosas” propagandas dos serviços que a companhia tem a nos oferecer. Após alguns minutos de espera (em geral eles até avisam que a ligação poderá demorar em média 2 minutos para ser atendida), o usuário constata que naquele instante será impossível falar com o responsável, porque, ou a ligação cai, ou as propagandas começam de novo e te massacram.

Esta nova maneira de tratar o usuário, em quase todos os setores da economia, nasceu obviamente por uma proposta de otimização no atendimento dos serviços. Bancos, concessionárias telefônica, elétricas, lojas de departamentos, etc..., etc... usam e abusam das tecnologias de acesso restrito. Tentam convencer o usuário de que ele está sendo atendido, mas... a realidade é outra.

Talvez Darwin tenha, de certa forma previsto isso em sua teoria evolucionista. O homem, criador de empresas e recursos, fará evoluir os negócios à sua imagem e semelhança.

Da mesma forma que conseguimos canibalizar o próprio homem, na máxima de Thomas Hobbes “*o homem é o lobo do homem*”, também as empresas conseguirão se autodestruir seguindo a mesma máxima de Hobbes parafraseando-o: “*a empresa é a loba da empresa*”.

Será cada vez mais exigível, em todo o mundo, uma profunda reflexão acerca das vantagens e desvantagens das tecnologias em ação, seu impacto social, suas variáveis excludentes e includentes, seu aspecto ético social, local e global. Do contrário, caso deixemos de atentar para estas considerações que são genuinamente éticas, corremos o sério risco de implantar o verdadeiro terror tecnológico, de cujas consequências atingirão, políticas, economias, e vidas no planeta todo.

“*Podemos praticar atos nobres sem ter de dominar a terra e o mar*” (Aristóteles 384-322 a.C.) já dizia um sábio pensador grego.

Assim, podemos resumir a evolução para uma ética empresarial necessária pelas seguintes constatações:

1. Nas últimas décadas as questões éticas ganharam especial relevo no ambiente empresarial.
2. Escândalos vieram à tona em virtude de denúncias favorecidas por um ambiente mais livre e democrático.
3. De forma mais ampla, as sociedades civis passaram a exercer competentes pressões sobre as empresas, exigindo um comportamento mais responsável e voltado para o bem comum.
4. Em sociedades regradas por regimes liberais, são possíveis investigações de toda a ordem: jornalísticas, parlamentares, acadêmicas, empresariais, sindicais, etc.
5. Em um ambiente competitivo, as empresas têm uma imagem a resguardar.
6. Em países que desfrutam do estado de direito, a sociedade civil tem condições de mobilizar-se e de retaliar as empresas cujas ações são consideradas imorais.
7. Cada vez mais o clientes e os cidadãos organizados procuram assegurar a qualidade dos produtos e serviços adquiridos.
8. Concorrentes, fornecedores, investigadores, autoridades e empregados observam o modus operandi das empresas com as quais mantêm relações, com o propósito de policiar fraudes e ações irresponsáveis.

IV – O CONHECIMENTO ÉTICO

A visão atual dos conceitos de Darwin diz que o homem, ao longo do tempo evoluiu por meio de mudanças genéticas internas, especialmente no cérebro. O darwinismo atesta que existe uma característica própria da espécie humana que evolui ao longo tempo independentemente da forma pela qual os comportamentos são aprendidos.

O filósofo social Herbert Spencer, acrescentou o conceito “sobrevive o mais capaz” à teoria evolucionista de Darwin. Poderemos traduzir esta maior capacidade humana, a uma maior capacidade de interagir com problemas.

Afirmamos que, no âmago das dificuldades do homem atual, está seu desconhecimento do conhecer.

Não é o conhecimento, mas sim o conhecimento do conhecimento, que cria o comprometimento. (MATURANA e VARELA, 2001, pg. 270)

É nesta dimensão que fazemos a seguinte reflexão: Se o homem atingiu um estágio evolutivo mental capaz de gerar seus próprios problemas, é natural cogitar-se que ele próprio os possa solucionar. Com efeito, tal tem sido. E hoje, como nunca antes acontecera, o homem vem resgatando sua história, pois ao compreender os princípios que regem o conceito evolucionista da humanidade, passamos a compreender a sua trajetória empreendedora. A empresa, seja ela qual for, é a tradução inequívoca do espírito empreendedor do ser humano.

Neste ponto da evolução, em pleno século XXI, vemo-nos diante de novos paradigmas, um novo tipo de valor, que até poderá ser traduzido em um novo tipo de “moeda” entre pessoas e empresas. É o CONHECIMENTO, a grande nova perspectiva que agrega valor imediato e que, paradoxalmente, não pode ser quantificado, apenas qualificado.

Juntamente com este paradigma do CONHECIMENTO, redescobrimos valores antigos reelaborados pela experiência humana, a Ética, por exemplo. Nela iremos encontrar as bases para a efetiva valoração do conhecimento. Atualmente, muitas empresas têm desenvolvido esforços neste sentido, pois as ações éticas funcionam como preventivos e respondem muito mais eficazmente do que as ações meramente punitivas. As transformações são experiências vivenciadas por todo um grupo, e não impostas simplesmente.

Tanto as instituições públicas como as organizações privadas, devem gradualmente buscar a redução das ações corretivas em favor do aumento das ações preventivas para que haja uma verdadeira transformação de valores e princípios, e não simplesmente, uma mudança de regras que pretenda uma mudança de comportamento.

No tocante às organizações públicas há um movimento ao encontro do resgate da humanização do serviço público. Encontra-se em DENHARDT (2008) uma das propostas mais otimistas quanto aos novos paradigmas – ou modelos de administração pública.

V - A NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Equivalente à teoria da nova administração pública de Denhardt é o novo serviço público. Para o autor:

“Os integrantes do governo têm de... colocar as necessidades e os valores dos cidadãos em primeiro lugar em suas decisões e ações; eles devem estender suas mãos de maneira nova e inovadora para compreender o que está preocupando os cidadãos e têm de responder às necessidades e interesses dos cidadãos.” (DENHARDT, 2008, pg. 179)

Na “Administração pública” tendo em vista uma nova proposta de Serviço Público, é necessário que o gestor público - administrador - enxergue o cidadão como cidadão, e não meramente um consumidor de bens e serviços públicos, como quer a lógica de mercado por exemplo. Assim é, que a maioria dos teóricos e profissionais públicos, na atualidade, buscam um maior entendimento da relação cidadão - governo. Como sugestão Denhardt (2003,pg.179), aponta três propostas básicas de mudanças para a nova administração:

1 - mudança do hábito mental do gestor - o cidadão é mais que um ser consumidor de bens e serviços, no contexto da cidadania cabe a necessária participação que necessita ser oportunizada a todo tempo.

2 - Demonstrar o real interesse e responsabilidade pelo cargo ou função que ocupa, isso resulta em maior confiança por parte do cidadão pois percebe que suas demandas tem, na figura do gestor, um buscador de soluções atinentes aos direitos do cidadão.

3 - A responsabilidade do envolvimento do gestor não é personalística, não se envolve especificamente com o direito de um único indivíduo, mas de todos quanto possa alcançar determinado direito. Estas propostas tendem a uma relação mais democrática para soluções de problemas públicos. Afinal o cidadão tem que estar em primeiro lugar.

Para Denhardt fica claro que as questões éticas vão além do código de condutas pura e simplesmente. Exige um comprometimento e uma consciência de servir, conceitos muito próximos de Maturana e Varela inclusive. É a noção de que a 'coisa pública' não possui dono ou senhor, ela é antes uma organização para servir a todos os integrantes de uma sociedade que deposita nela suas expectativas de vida. Suas considerações a respeito são claras:

“A base ética da cidadania se torna então a base para a postura ética do administrador público. Sua obrigação última é “prover bens e serviços públicos no sentido de promover o bem comum da vida comunitária, por cujo intermédio se formam o caráter e a virtude cívica”. (DENHARDT, 2008, pg.181)

O esboço do novo serviço público descrito por Denhardt e Denhardt (2005) é uma alternativa para a velha administração pública e a nova Gestão Pública. Duas grandes dimensões servem de tema: Promoção do valor e dignidade do serviço público; e, democracia, cidadania, e interesse público como valores essências da administração pública.

Desta forma, o autor elabora sete princípios-chave para o Novo Serviço Público quais sejam:

1. Servir cidadãos, não consumidores;

2. *Perseguir o interesse público;*
3. *Dar mais valor à cidadania e ao serviço público do que ao empreendedorismo;*
4. *Pensar estrategicamente, agir democraticamente;*
5. *Reconhecer que a accountability não é simples;*
6. *Servir em vez de 'dirigir';*
7. *Dar valor às pessoas, não apenas à produtividade. (DENHARDT, pg. 182, 2008)*

VI- INICIATIVA PRIVADA – CASOS E CASOS

A Boeing é um caso interessante na área privada. A empresa possui um faturamento superior a 20 bilhões de dólares e já produziu mais de 30.000 aviões. Após 1974, enfrentou sérios problemas com corrupção interna. Na década de 1970, vários de seus empregados foram acusados de pagamentos irregulares a funcionários estrangeiros. Isto ocasionou não somente vazamento de informações sensíveis, como também, e mais preocupante, expôs a empresa como permissiva e mau organizada. O presidente da empresa, diante do congresso americano assumiu publicamente a total responsabilidade pelos atos de corrupção. Depois disso, a política interna foi revisada e foram instituídos programas éticos.

Anos mais tarde, não foi por problemas de corrupção propriamente mas de falta de responsabilidade ética. Os mesmos empregados que se reúnem em lugares comuns em áreas de convivência com outros colegas concorrentes, invariavelmente cometiam o erro de falar do trabalho, as especulações eram consideradas normais.

Os empregados receberam códigos de conduta e treinamentos éticos. O código previa o tipo de comportamento esperado em cada situação social possível. Houve uma melhora significativa com relação aos vazamentos de informação. Já na década de 80, a revista Fortune, após entrevistar empresários e altos executivos, classificou a Boeing entre as três companhias mais bem administradas dos EUA.

A administração ética, parece ser o próximo estágio da evolução humana. Nesse tipo ideal de administração encontram-se todos os atos passíveis de administração, engloba não somente as empresas, mas, sobretudo a família, a escola e as instituições em geral.

Recentemente, para citar outros exemplos, a fundação Getúlio Vargas distribuiu 600 questionários a executivos de grandes organizações indagando sobre a causa do descumprimento de certos princípios éticos. Quase 50% dos entrevistados responderam que era a manifestação de um “hábito nacional”. Essa extrema tolerância para com a falta de ética nas organizações é algo preocupante, foi o parecer da pesquisa. Apesar disso, 90% dos entrevistados consideram que as organizações devem ter códigos de conduta para orientar o comportamento de seus funcionários. E conclui - **é fato que o nível de conscientização ética tende a aumentar em todos os níveis da sociedade.**

VII- Ética em todos os níveis

O crescimento da preocupação ética é um fenômeno mundial. Nos EUA, por exemplo, esse processo vem ocorrendo desde a década de 70, após a revelação de escândalos como o Watergate e o Irãgate, foi um dos casos mais comentados no mundo - o pagamento de propinas que as organizações americanas faziam a funcionários estrangeiros.

Já em 1985 uma pesquisa da revista Fortune mostrou o interesse das 500 maiores organizações em incorporar valores éticos a suas culturas.

Parece que já se tornou consenso, que a medida que uma organização age eticamente, evita grande dissabores como: multas, despesas legais e outros custos diretos e indiretos com subornos e extorsão.

Somente para citar mais um caso exemplar na área dos bancos, e de como a introdução de princípios éticos na empresa é fundamental para a reorganização dos conceitos de administração, lembramos o caso do Chemical Bank, na África do Sul, que já recebeu mais de 400 milhões de dólares em depósitos de grupos religiosos. Há trinta anos tem código de ética que é revisado a cada 18 meses, desde 1988, e distribuído a todos os seus 30.000 empregados em todo o mundo. E, na Inglaterra o caso do Cooperative Bank, o primeiro banco comercial a criar um fundo ético para selecionar seus investimentos. O banco decidiu que não faria mais negócios com países ou organizações que atentam contra os direitos humanos, produzam ou vendam armamentos, apoiem esportes sangrentos, fabriquem cigarros ou sejam suspeitos de lavagem de dinheiro ou evasão fiscal. Pilhas de cartas de apoio foram recebidas e o ritmo de aberturas de novas contas acelerou-se de forma totalmente inesperada.

A ética organizacional é imperativa, o mundo empresarial já se deu conta disto, e em função disto alguns pressupostos advindos das experiências neste campo são possíveis, como por exemplo que deve haver uma profunda reflexão ética no seio das empresas porque, entre diferentes cursos de ação, há sempre uma escolha. Na escolha entre valores e condutas nos negócios, quais os danos e riscos que se pode assumir sem ferir princípios éticos legítimos. Não é mais possível que gestores, quer público ou privado, ignorem as questões éticas. A moralidade organizacional precisa ter um parâmetro ético sob pena de se tornar incompatível com os modelos de humanidade. Discutir ética em todas as dimensões. É fundamental.

Assim entendido, e recorrendo aos pressupostos de Denhardt para a nova administração pública, por exemplo, é possível educar-se para a ética nas atividades diárias da organização. Esse esforço exigirá dos indivíduos a revisão das suas atuações – papéis e escolhas – e a rediscussão de seus valores. Haverá um significativo aumento de percepção e, portanto, uma significativa participação na organização como um todo.

Para Denhardt(2008, p.198), entre outras coisas, agir de modo ético é, portanto, “prerrogativa de indivíduos capazes de discernir entre o correto e o incorreto, de deliberarem em situações conflitivas e tomarem decisões em pleno exercício de sua liberdade”

Os termos implícitos na conduta ética são:

- 1. discernimento, que corresponde a familiaridade com a tradição cultural;*
- 2. deliberação, correspondendo a critérios fundados em modelos ideais de conduta; e,*
- 3. ação, correspondente ao critério da liberdade.(DENHARDT,2008, pg.199).*

VIII- Ética no Governo

O quadro mundial, esboçado em novas formas de acelerar o processo produtivo através da conscientização de seus colaboradores, executivos ou empregados, para uma postura verdadeiramente comprometida com os princípios éticos, reavaliados e discutidos em condições de igualdade com aqueles que decidem, parece ser não somente um tratamento sério afeito à profissionais de empresas e grande conglomerados transnacionais. Este fenômeno também vem sendo exigido do setor público, muito mais por parte do cidadão do que propriamente por parte do próprio governo.

Os exemplos éticos da iniciativa privada, parece estar sendo matriz para as questões públicas. Estamos vivenciando no Brasil, por exemplo, reformas nos três poderes com vistas a uma maior transparência dos atos públicos, e, justificação dos mesmo à sociedade.

É inegável que esta nova força que tem impulsionado os interesses do cidadão, vem com novos valores agregados, a necessidade de posturas éticas adequadas ao discurso político partidário, por um lado, e, o cumprimento das promessas de campanha em épocas de eleição por outro, têm sido exemplos de comprometimento ético, que vem sendo cobrados pelos eleitores.

Evidentemente, ainda há muito o que politizar. Se, levarmos em conta de que possuímos uma constituição federal, com uma proposta de liberdade em todos os níveis e sem restrições, a pouco mais de 23 anos, em relação aos demais membros do mundo democrático, inferimos que estamos na verdade na infância do exercício de nossos direitos individuais e coletivos. Não pode haver comparativo com constituições de países de primeiro mundo. Primeiro porque elas não sofreram versões como a nossa brasileira, estamos na oitava constituição; segundo, nos países de primeiro mundo, o exercício constitucional da cidadania sempre foi feito com o pressuposto da liberdade de expressão e do direito à vida a mais de 220 anos, a partir da revolução francesa, cujo marco histórico influenciou os direitos humanos do mundo democrático conhecido. Foram ideais e ideias, conquistados com sangue porque o limite da tolerância é o da intransigência. Um povo não pode viver oprimido e humilhado, as liberdades não devem ser castradas, o ser humano tem o direito de existir – pensar, expressar e escolher -.

Assim, é preciso muito mais do que cobrar de políticos suas posturas éticas, é necessário antes de tudo, que cada cidadão brasileiro efetivamente APRENDA a exercer seus direitos, sua liberdade, e, assuma de público e conscientemente suas opções.

A tônica maior está na educação, e é esta a observação que aqui fazemos. O povo precisa ser educado a conhecer seus direitos garantidos constitucionalmente. O ensino dos direitos constitucionais deve ser matéria obrigatória em todos os períodos de estudo do cidadão. Começa com a família, tem continuidade na escola e se estende por toda a vida, sendo também gerador de informação e formação cidadã.

Talvez seja este, o grande compromisso ético do governo, criar programas de ensino que leve ao conhecimento de todos, os direitos e deveres do cidadão. Não apenas paliativos, a exemplo do que tem acontecido com as propostas de governo eletrônico. É simplesmente fantástico que o governo realmente esteja preocupado em disseminar a cultura de e-gov, e invista alguns milhões do orçamento da união para este fim. Mas, de nada resolverá, se o cidadão não estiver apto a absorver esta cultura tecnológica de forma crítica e consciente. Não adiantará de nada, se o objetivo dos esforços de governo (entendendo que sejam realmente éticos e a bem da sociedade) não contar com seu bem maior, que é o apoio do povo ao uso das informações. É preciso educar para a ética, é preciso educar para a consciência cidadã, é preciso educar para a liberdade.

Resumindo, ao nível de governo será desejável postura ética e entendimentos das limitações morais tais como a compreensão de fazer e agir estão interligados e pressupõe, em essência a busca pelo conhecimento efetivo na visão de Maturana e Varela (2001) “ O fazer é conhecer e o conhecer é fazer”. Fazer e conhecer exigem competência, que na proposta de Denhardt (2008) “ à eficiência que todo profissional ou servidor deve possuir para exercer bem a sua função.”

Decidir e agir numa situação concreta é um problema prático-moral. Investigar o modo pelo qual a responsabilidade moral se relaciona com a liberdade e com o determinismo ao qual nossos atos estão sujeitos, dentre outras questões, é um problema que exige reflexão teórica, sendo de competência da ética.

IX - CONCLUSÃO

A medida que avançamos, nós civilização humana, em nossa epopeia pela construção de um mundo melhor, costumeiramente esbarramos em nossas falsas convicções. Muitas vezes, ficou registrado pela história, o quão nos tornamos bestiais, rompemos a barreira da sensatez, transformamo-nos em verdadeiros lobos sedentos por sangue. Passamos a reconstruir as bases da sociedade, com novas perspectivas.

Houve momentos na história da evolução humana, que nos sentimos orgulhosos, pelos atos de coragem e reconhecimento de nossa fragilidade em conviver pacificamente, e, embora raras reflexões, o mundo pode presenciar o nascimento de mentes notáveis, que com seus exemplos de vida e posturas

éticas, fizeram da existência humana algo que valesse a pena acreditar. Assim foi com Sócrates, Platão, Aristóteles, Epicuro entre os clássicos da civilização humana antiga. Assim foi com Herbert de Souza (Betinho), nosso contemporâneo, que doou sua vida à causa da fome e da miséria (incompreensível sobre todos os aspectos), dizia ele: *“a fome é um crime ético”*

Pela falta de ética em nossas vidas, no campo público ou privado, quantos crimes ou atentados contra a humanidade já não se cometeu? Quanto do horror homeopático já fizemos de conta que nada aconteceu?. Como dizia Schiller *“contra a estupidez até os deuses lutam em vão”*

O que devemos perceber, e conseqüentemente, jamais negligenciar, são as conquistas sociais que se fez, e que potencialmente ainda continuaremos fazendo, quer no âmbito restrito ao governo, quer no âmbito puramente social.

Empresas, pessoas e governos deverão, fazer nesses novos tempos, redescobrir um novo paradigma ético, um novo homem social. Compor um novo conjunto de normas capaz de conviver na paz com as tecnologias emergentes, viver uma plenitude de felicidade, pois como diria Victor Hugo *“tornem os homens felizes, eles não de ser melhores”*. Nesse novo tempo se deve pensar buscar a convivência em um mundo melhor e não somente em um país melhor.

No contexto das modernidades impulsionadas pelos governos, no caso dos e-gov, é importantíssimo que a sociedade civil também se organize, para junto, em “pé de igualdade” com o governo gestor e promotor, possa discutir as melhores propostas de e-gov. Tais propostas, evidentemente, não devem jamais diminuir ou restringir qualquer dos direitos sociais, coletivos ou individuais já conquistados e garantidos constitucionalmente. Pelo contrário, a vigília deverá ser no sentido de ampliar tais direitos. Que, e-gov, seja não somente ratificador da cidadania, mas que, prioritariamente promova, exemplarmente, um governo-cidadão.

Há uma perspectiva otimista, a exemplo de pensadores como Maturana, Varela e Denhardt. Novas instituições com posturas notadamente éticas surgirão, e serão seguidas pelas já existentes, vigilantes sobretudo às viabilidades técnicas efetivas, vindo a ser, em muitos momentos, formadores de novos paradigmas de humanização das relações.

Será desta forma que a sociedade poderá garantir-se de qualquer ditadura, inclusive a cibernética, ou das investidas político institucionalizantes dos burocratas do poder, que possam pretender usar a tecnologia da informação, apoderando-se dela, na tentativa de escravizar também a informação, e, por via de consequência, do conhecimento humano acumulado. Este último quer, e precisa ser, acima de tudo - LIVRE.

Liberdade, é tudo que se quer, é tudo que se espera! Em um mundo que anseia por esta virtude, vimos no trágico 11 de setembro de 2001, os reflexos de uma história de intolerância.

Mais um marco ficou registrado na história da humanidade, infelizmente, não é o da paz, da comunhão, do entendimento, da ética. Pelo contrário, este foi o dia da negação de todas estas possibilidades positivas de humanidade.

Muito embora a emoção nos faça clamar por vingança, muito embora as cenas nos sejam chocantes, muito embora atos de terror não caibam mais numa sociedade civilizada, muito embora não se conceba uso da tecnologia para destruição, temos que nos perguntar: - Como pôde, a maior nação do mundo, símbolo do capitalismo, exemplo de segurança e defesa, ter sido invadida, atacada e humilhada em ação tão rápida e calculada, que não se permitiu sequer um esboço de reação? De onde vem a necessidade de tamanha agressão?

A resposta está na economia do tempo para negociar e transigir, está na história desrespeitada de mais de quatro mil anos, está na cobiça e na ganância, está na prepotência e arrogância. Haverá diferença no terror praticado de forma homeopática daquele praticado de forma radical? Quantos de nós tem realmente senso crítico para encarar a verdade da história! Quem, afinal invadiu quem?

Ética pressupõe acima de tudo respeito. Respeito à dignidade humana, respeito às etnias, respeito às culturas, respeito às religiões, respeito a tudo que o outro possa considerar sagrado. A ética praticada em todos os níveis da sociedade, é o exercício que visa sublimar o homem ao seu pressuposto de felicidade social. O rompimento deste exercício é o terror.

Não há ética na guerra, nunca houve, e tão pouco haverá quem afirme que possa haver. É apenas moralmente aceitável. É o rompimento do código de convivência, é a anti-sublimação, é apenas sobrevivência do mais forte.

Infelizmente, talvez o mundo esteja assistindo o limiar da terceira guerra mundial, falar de ética num contexto deste é cair num profundo vazio. Porém, enquanto houver um resquício de vontade em praticá-la, haverá a possibilidade da tolerância e da paz.

Homens e empresas, em todos os cantos do planeta parecem ter despertado para esta opção: - a ética promove a paz como um de seus paradigmas. Resta-nos trabalhar com muito empenho, para que os governos não decidam por nós, e que não seja desconsiderado como uma alternativa social.

Se assim procedermos, talvez possamos atestar nestas páginas da história que a moeda do mundo tornou-se o CONHECIMENTO, mas, um conhecimento entre os homens – compartilhado – um conhecimento que constrói os sonhos e o mundo em que vivemos. As negociações, quando necessárias, serão éticas e passam a valer agora pelas qualidades do conhecimento. As diferenças serão somadas, não se permitirá mais a divisão – certos de que elas só desagregam – queremos agregar, congregar, somar: porque somos potencialmente bons, potencialmente pacíficos, potencialmente seres de luz, potencialmente seres inteligentes e amantes do conhecimento. O ser humano ético é aquele que busca o conhecimento por amor à humanidade.

“(...) O amor, (...) a aceitação do outro junto de nós na convivência, é o fundamento biológico do fenômeno social. Sem amor, sem aceitação do outro junto a nós, não há socialização, e sem esta não há humanidade. Qualquer coisa que destrua ou limite a aceitação do outro, desde a competição até a posse da verdade, passando pela

certeza ideológica, destrói ou limita o conhecimento do fenômeno social. Portanto, destrói também o ser humano.” (MATURA e VARELA, 2001, p.269)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BANCO DO BRASIL. **A sede por ética. Programa de Profissionalização**, Brasília, 1997.
2. BANCO DO BRASIL. **Diário de Bordo 2001. Programa de Profissionalização**, Brasília, 2001.
3. BROWN, Marvin T. **Ética nos negócios**. São Paulo: Makron Books, 1993.
4. DENHARDT, Robert B. Teoria Geral da Administração Pública. 5.ed. Tradução de Francisco Heidemann. Florianópolis: ESAG/UEDESC, 2008.
5. IBGE, **As Micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços no Brasil**. Sit e portal e-gov acessado em dezembro de 2010: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/11092003microempresahtml.shtm>
6. JAMES, Jennifer. **Pensando o futuro**. São Paulo: Futura, 1998.
7. MATURA, Humberto R. e VARELA, Francisco J. **A Árvore do Conhecimento**. São Paulo – SP: Palas Athenas, 2001. tradução:Humberto Mariotti e Lia Diskin. 8ª. Edição 2010.
8. SROUR, Robert Henry. Ética empresarial sem moralismo. Revista de Administração, São Paulo, v. 29, n.3, pp. 3-22, julho/setembro 1994.